

Esforço para conter desemprego

O presidente Fernando Henrique Cardoso vai reunir-se esta semana com o ministro do Trabalho, Edward Amadeo, e o ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, para uma nova rodada de discussões sobre como criar novos empregos no país e também rever aspectos da legislação trabalhista que o governo considera ultrapassados.

“Existe já um certo amadurecimento, no meio sindical brasileiro, de que algumas modificações devem ser introduzidas na legislação trabalhista”, indicou o presidente em entrevista concedida durante sua viagem a Juazeiro do Norte, no Ceará, onde cumpriu compromisso de campanha eleitoral, no final de semana.

Segundo o presidente, defasada, a legislação trabalhista nacional pode significar, em determinados casos, um entrave burocrático à criação de empregos. “A nossa legislação foi feita noutra época, tem 50

anos”, afirmou Fernando Henrique. “Nós temos de ter a sensibilidade de mudar”, acrescentou. O governo federal vai dar continuidade ao processo de flexibilização das leis trabalhistas, iniciado com a aprovação, pelo Congresso Nacional, do contrato temporário de trabalho.

Candidato a um novo mandato, o presidente vem mobilizando diversos escalões do seu governo para tentar amenizar a principal crítica de seus adversários e suavizar as dificuldades dos milhares de brasileiros que não conseguem um posto de trabalho no chamado mercado formal. A dois meses da eleição, o desemprego permanece como o mais difícil desafio do presidente-candidato, que conseguiu reagir em áreas como Saúde e no combate à seca do Nordeste.

IMPOSTO

Entre os focos de atenção do governo estão as associações de classe.

O governo estuda a criação de um imposto sindical único como mecanismo para “limpar” o enorme volume de sindicatos que atuam no país. “No Brasil, se cria sindicatos numa quantidade imensa, e o número de sindicalizados diminui”, criticou Fernando Henrique. “Porque o sindicato é criado cartorialmente, para aqueles que são donos dos sindicatos terem vantagens”, atacou.

O presidente conta com o apoio das principais entidades de classe do país para conduzir essa revisão na remuneração sindical. “Tanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT), como a Força Sindical, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), quanto essa nova central social democrata, todas apóiam a mudança”, informou Fernando Henrique. Para ele, só não apóiam aqueles que preferem ignorar as mudanças no mercado de trabalho impostas à legislação criada pelo ex-presidente Getúlio Vargas.

“Esquecem que a legislação feita pelo Getúlio era fascista, era corporativista, inspirada no Mussolini”, comentou o candidato à reeleição. “Parece que nós temos aqui a maior maravilha do mundo, e não é”.

Na semana passada, o ministro do Trabalho adiantou que o governo está estudando a introdução de um mecanismo para suspender, por períodos determinados, o vínculo empregatício, como forma de garantir o emprego do trabalhador nos tempos mais difíceis. A ideia, contou, é dispensar o funcionário durante prazos determinados — que poderá ser de cinco meses a um ano — pagando-lhe uma “bolsa-qualificação”, remuneração parecida com o seguro-desemprego, voltada para o pagamento de cursos de reciclagem profissional. Terminadas as férias compulsórias, o trabalhador retomaria seu posto, com o mesmo salário que recebia antes do recesso forçado.